

DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS: GRAMÁTICA NORMATIVA X DESCRITIVA

Inérzia Kaliane Torres Leite

Universidade Estadual de Feira de Santana, Letras Vernáculas

inerzia1@yahoo.com.br

Joana Gomes dos Santos Figueiredo

Universidade Estadual de Feira de Santana, Letras Vernáculas

joanagsf@gmail.com

Resumo: O referido trabalho traz divergências entre gramáticas no que tange ao tema “O olhar dos gramáticos sobre adjetivo, substantivo e verbos” procurando, dessa maneira, mostrar o porquê de o ensino gramatical ser tão falho, acentuando a importância do uso da gramática descritiva pelos futuros e atuais docentes. Não se trata da defesa de uma e da exclusão da outra, mas sim se sugere que se faça uma análise crítica dos fatos da língua para que o ensino da gramática normativa seja feito de forma mais consciente.

Palavras chaves: Gramática, substantivo, adjetivo, verbo, funcionalidade.

Abstract: The related work brings divergences between grammars in what it refers to the subject “the look of the grammarians on adjective, substantive and verbs” looking for, of this way, to show the reason of grammatical education to be so defective, accenting the importance of the use of the descriptive grammar for the futures and current professors. One is not about the defense of one and exclusion of the other, but yes if it suggests that it makes a critical analysis of the facts of the language so that the education of the normative grammar is made of more conscientious form.

Keywords: Grammar, substantive, adjective, verb, functionality.

INTRODUÇÃO

O proposto trabalho traz conceitos referentes a adjetivo, a substantivo e a transitividade verbal apresentados pela gramática - Normativa e Descritiva - mostrando as divergências entre elas.

Ressalta a importância do uso da descritiva pelos futuros e

atuais docentes com o intuito de aprofundar o estudo da gramática e preencher as lacunas deixadas pela normativa no ensino da Língua Portuguesa.

OLHAR DOS GRAMÁTICOS SOBRE ADJETIVO, SUBSTANTIVO E VERBO

Quando se fala no estudo da língua, inevitavelmente pensa-se em gramática. Geralmente se entende por gramática o livro que dita a forma correta de falar e escrever em determinada língua, mas não foi sempre assim. Na sua criação o conceito e objetivo de gramática eram distintos do citado acima.

Na Grécia, a gramática nasce com o intuito de preservar a cultura clássica. Em Roma, a gramática estava ligada à arte do bem falar e do bem escrever, ou seja, diretamente relacionada à arte de persuadir. Com o Renascimento, na Itália e na França, os intelectuais viam na gramática uma forma de preservar a cultura do humanismo. Essa normatização tinha um objetivo intelectual: levar a cultura renascentista às camadas populares. Nessa época, por conta das línguas neolatinas, o latim já não era compreendido pelo povo, daí a necessidade de normatização daquelas línguas para permitir a circulação da cultura.

Muitas foram as transformações sofridas pela gramática: definição e objetivo mudaram com o tempo. Os estudos na área da língua foram se ampliando, trazendo-nos além da famosa e tão temida gramática normativa, outra que difere no que diz respeito à divisão, sequência e definição dos assuntos. Não deixa também de explicitar o seu objetivo, deixando ainda mais notório a distinção entre elas.

As gramáticas são elaboradas com base em estudos de linguistas e gramáticos que tratam da língua de forma diferentes.

A gramática normativa tem como função prescrever o que se deve ou não usar na língua. Segunda Bechara (2006, p.52) sua finalidade não é científica e sim pedagógica, já que elenca os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social, ou seja, recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos.

Essa gramática, conforme afirma Perini (1976, p.20) é o produto do trabalho dos gramáticos que traz, além do citado por Bechara, uma classificação de suas formas morfológicas e lexicais.

A gramática normativa tem sofrido muita crítica por parte dos linguistas. A crítica é tão grande que esses especialistas chegam muitas vezes a ser mal interpretados. São vistos como “anti-gramáticos”, como se fossem contra o ensino da mencionada obra nas escolas, o que não é verdade. O que há de errado com a gramática, segundo os linguistas, é a forma como ela é elaborada e conseqüentemente ensinada. Para Perini (1996, p.22) elas são arcaicas, tanto na descrição que oferecem quanto nas teorias em que se baseiam. Em seu livro *Sofrendo a Gramática* (1997, p.49) Perini chega a explicitar os três grandes defeitos trazidos pelas gramáticas: objetivos mal colocados, metodologia inadequada e falta de organização lógica. São muitos defeitos quando se sabe que se trata de um manual que acompanha toda a vida escolar do aluno e que se dispõe a ensinar a falar e a escrever corretamente. Por conta de tanto equívoco, a gramática normativa é sempre estudada e nunca aprendida, tornando-se um livro odiado.

Outra gramática da qual se tem conhecimento é a descritiva. Surgiu a partir da evolução do estudo da linguística - área em grande desenvolvimento desde a década de 60. A insatisfação e os questionamentos voltados para o ensino da gramática normativa feitos pelos especialistas da área fez com esses desenvolvessem um material mais elaborado, com maior rigor científico, para o ensino e a compreensão da língua.

Um dos trabalhos nesse sentido é do professor José Rebouças Macambira. Com trabalhos voltados para a linguista aplicada, Macambira escreve a estrutura morfossintática do português, um trabalho diferenciado das demais gramáticas. Na introdução da quarta edição, o professor menciona que o presente trabalho “não se trata de abolir a gramática tradicional (...) o que cumpre e urge é favorecê-la com as conquistas da linguística moderna, que já são inúmeras e se alargam a cada passo.” (1982, p.12).

Outro trabalho nesse sentido é do já comentado especialista Mário Perini, que data a segunda edição de 1996. Em seu prefácio (p.15), Perini além de criticar os estudos da gramática portuguesa que, segundo ele, tendem atualmente a reduzir-se ao exame da literatura anterior, completando ocasionalmente com opiniões muito pouco justificadas e que, em alguns casos, há uma tentativa, sempre muito limitada, de lançar mão de dados da língua atual, também fala do objetivo da presente obra, que é contribuir para uma reorientação radical dos estudos de língua portuguesa que, para ele, deve ser do exame das gramáticas para o exame da língua, levando em consideração as primeiras, porém submetendo-as a uma crítica

rigorosa.

A gramática descritiva não é um livro voltado para alunos do ensino fundamental e médio. Como o próprio Perini afirma (1996, p.16), seu trabalho está direcionado a professores do ensino fundamental e médio, alunos e professores dos cursos de letras e deve ser entendido como uma contribuição para a reformulação do ensino de gramática.

Para Bechara (2001, p.52), a gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve um sistema linguístico em todos os seus aspectos (fonético-fonológico morfossintático e léxico). Diz ainda que por ser de natureza científica, não está preocupada em estabelecer o que é certo ou errado no nível do saber elocutivo, do saber idiomático e do saber expressivo.

A diferença entre as duas gramáticas mencionadas é nítida. Enquanto a primeira apresenta os assuntos de uma forma sintética e se limita a exemplos, na maioria das vezes desconhecidos dos falantes, a segunda apresenta conceitos reformulados, analisa profundamente os exemplos dados, buscando, antes de chegar a uma conclusão, responder aos possíveis questionamentos em relação aos fatos da língua.

A gramática tradicional define as classes gramaticais como se todas elas fossem passíveis de mudança de função. As definições, na maioria das vezes, causam confusão quando levadas ao “pé da letra” no momento de analisar sintaticamente as orações da língua.

A gramática descritiva não deixa de prescrever, de definir essas classes gramaticais, porém está preocupada não com a definição isolada de determinada classe, mas em analisá-la em sua função, ou seja, observar a construção da oração, como se comporta determinada palavra e só então apresentar uma definição que facilite o entendimento e a diferença entre as classes, principalmente entre aquelas que não têm limites muito claros.

A exemplo disso podemos falar em duas classes facilmente confundidas em nossa língua: substantivo e adjetivo.

Encontram-se, nas gramáticas normativas, os seguintes conceitos de substantivo e adjetivo: o primeiro, segundo Terra (2002, p.106) é a palavra variável em gênero, número e grau que dá nome aos seres em geral. O segundo é a palavra variável em gênero, número e grau que caracteriza o substantivo ou qualquer palavra com valor de substantivo, indicando-lhe atributo, estado, modo de ser ou aspecto.

O conceito de substantivo trazido por Bechara (2006, p.112) é um pouco mais amplo. Para ele, substantivo é um lexema que se ca-

racteriza por significar o que convencionalmente chamou de objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, que sejam qualidades (bondade, brancura), estados (saúde, doença), processos (chegada, entrega, aceitação).

Em ambas as definições, as gramáticas listam os adjetivos e substantivos e os definem isoladamente, ou seja, não levam em conta, inicialmente, a função das palavras nas orações da língua.

Através da análise e estudo da gramática descritiva, percebe-se o quanto equivocada é a definição dada ao substantivo, como sendo nome, e ao adjetivo, como sendo qualidade.

Para Perini (2001, p. 42), na verdade não se pode falar em duas classes como fazem as gramáticas usuais. Se se considerassem as definições anteriormente citadas, teria que existir uma terceira classe, a maior, a das palavras que podem ser substantivos e adjetivos.

Ao analisar palavras como João e paternal, a aplicação do conceito da gramática normativa, segundo Perini, é razoavelmente fácil: João é um nome e paternal exprime apenas uma qualidade. Mas, ao analisar palavras como maternal não se chegaríamos a uma conclusão de imediato, estar-se-ia diante de uma dúvida: até que ponto pode-se determinar que a mencionada palavra é um substantivo ou um adjetivo, já que a mesma pode ser aplicada nas duas firmas?

Ex.: Meu menino ainda está no maternal.
Meu amor por você é maternal.

Pode-se dizer que esse processo é mais uma exceção das muitas regras existentes na gramática tradicional, mas o que há na verdade são muitas palavras com o mesmo comportamento de maternal, ou seja, ora tem função de substantivo ora tem função de adjetivo. Se forem consideradas as definições anteriormente citadas para substantivo e adjetivo, teria que existir, sugere Perini (2001, p.42), uma terceira classe para classificar palavras com o mesmo comportamento de maternal como cabeça, verde, criança, amigo, turista entre muitas outras, ou seja, uma classe muitíssimo extensa, resolvendo assim o equívoco criado pela gramática normativa.

Além de classificar as palavras pelo significado, como foi mostrado - substantivo = nome; adjetivo = qualidade - Perini relata, em *Sofrendo a Gramática* (2001), outra possibilidade de classificar pala-

vras que, segundo ele, não funcionam: a classificação pela forma. Dessa maneira, conforme esclarece o já citado autor, pode-se definir o substantivo como a palavra que pode aparecer depois de um artigo, formando um sintagma; palavra que aceita aumentativo e diminutivo; palavra que faz plural em -s, mas, conclui Perini, a classe dos substantivos definida dessa maneira vai abranger também os adjetivos e os pronomes.

Ex.: O verde dos seus olhos me encanta.
As rosas do meu jardim são amarelinhas.
Eles são inteligentes.

Para tentar resolver essa confusão, Perini (2001, p. 322) sugere que as palavras sejam analisadas e definidas a partir do que ele chamou de Potencial Funcional visto que, uma palavra, na maioria das vezes, se exprime por vários traços, o que equivale a dizer que uma palavra pode desempenhar mais de uma função sintática. Observe em frases como:

Um avião inimigo.
Um inimigo terrível.

Há nas frases anteriores uma mesma palavra com funcionalidades diferentes. Na primeira, inimigo é o modificador, e na segunda é um sintagma nominal. A palavra inimigo não é um substantivo que às vezes se "transfere" para a classe dos adjetivos. Por isso, é totalmente aceitável quando Perini diz que uma função não deve ser vista como principal e a outra como derivada, já que ambas são absolutamente cabíveis na língua.

Como outro exemplo se pode falar na questão da transitividade verbal. Questionados sobre a transitividade verbal, dificilmente os estudantes darão resposta diferente a de que os verbos transitivos são os que pedem a presença de um objeto direto e os verbos intransitivos os que não pedem a presença do objeto direto. Mesmo tendo conhecimento da divisão dos verbos, em relação à transitividade, em cinco tipos, essa seria a resposta mais rápida diante do citado questionamento.

Para Perini (1996; p.162), esse é outro grande equívoco da gramática normativa. Para o autor, a definição dada leva a crer que sempre que houver em uma oração um verbo transitivo, essa oração deve ter objeto direto, e sempre que houver um verbo intransitivo, a oração não pode ter objeto direto. Assim, afirma Perini que

não existe lugar para verbos que possam ter ou não objeto direto.

Sendo assim, o citado autor diz que, levando em conta as definições mencionadas pela Gramática Normativa, não haveria lugar para o verbo comer, visto que esse verbo pode ou não aparecer com objeto direto sem perder a significação, em:

Meu gato comeu todo o mingau.

Meu gato já comeu.

Meu gato quase não come.

Diferente da Gramática Normativa (GN), a Descritiva não traz definições imutáveis. Ela analisa a definição dada pela GN às classes gramaticais e apresenta “traços” nos quais se encaixam essas classes, levando em consideração sua função nas mais diversas orações.

CONCLUSÃO

Com a presente comparação, o que se percebe é o quanto é indispensável a revisão das gramáticas utilizadas em sala de aula. Em tantos anos de estacionamento, a mudança, se acontecer, certamente se fará de forma muito lenta.

A gramática descritiva, como já foi dito, é de cunho científico e não está preocupada em ditar a forma certa de falar, mas ajuda a esclarecer as muitas dúvidas criadas pela gramática normativa, assim como suscita questionamentos em relação à eficácia da mesma no decorrer da vida escolar dos alunos. É uma obra importante que deve ser explorada ao máximo pelo público alvo já mencionado, não de uma forma passiva, mas questionadora, para que possa, assim, haver uma transformação no ensino de língua portuguesa nas escolas de ensino fundamental e médio.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **A moderna gramática do português**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português**. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1982.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____, Mário Alberto. **A Gramática Gerativa:** introdução ao estudo da sintaxe portuguesa. Belo Horizonte: Virgília, 1976.

_____, Mário Alberto. **Sofrendo a gramática.** 3 ed. São Paulo: Ática, 2001.